

# O Programa Bolsa Família e a questão de gênero: Desafios e percepções para a atuação do terapeuta ocupacional

Késia Maria Maximiano de Melo<sup>a</sup>, Sandra Aiache Menta<sup>b</sup>, Ana Carolina Correia Serafim<sup>c</sup>

<sup>a</sup>Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, SP, Brasil

<sup>b</sup>Núcleo de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Sergipe – UFS, Lagarto, SE, Brasil

<sup>c</sup>Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL, Maceió, AL, Brasil

---

**Resumo:** Este artigo propõe uma reflexão crítica e se inscreve no campo de análise dos fatores que constroem, naturalizam e reproduzem as desigualdades sociais na estruturação e no desenvolvimento da sociedade brasileira atual. Especificamente, realiza tal desafio através de percepções da manutenção da relação de papéis entre mulheres, partindo das relações existentes entre a questão de gênero, sistema de proteção social e papel de poder. Toma como campo privilegiado para essa reflexão a análise de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família enquanto locus de desafio de atuação da Terapia Ocupacional, considerando os aspectos históricos e sociais decorrentes do cenário em que essas mulheres se inserem e a consequente fragilidade dos vínculos relacionais. Analisa, também, os objetivos propostos pelo programa e as possíveis contribuições dele para o empoderamento daquelas mulheres, além de pautar-se na recente inserção do terapeuta ocupacional no Sistema Único da Assistência Social – SUAS, legitimando sua prática em tal campo e abrindo possibilidades para a sua atuação nesse sistema.

**Palavras-chave:** *Gênero, Terapia Ocupacional, Política Social.*

## The “Bolsa Família” program and the matter of gender: Challenges and perceptions for the role of occupational therapists

**Abstract:** This article proposes a critical reflection and analyzes the factors that build, naturalize and reproduce social inequalities in the structuring and development of the current Brazilian society. Specifically, it faces this challenge through perceptions of maintenance on the relationships between women’s roles, based on the relationship between the matter of gender, the social protection system, and the role of power. This paper uses a privileged field for this reflection - the analysis of women beneficiary of the “Bolsa Família” program as a *locus* of challenge for the action of Occupational Therapy - considering the historical and social consequences of the scenario in which these women are included and the consequent fragility with relational ties. It also analyzes the objectives proposed by the program and its possible contributions to the empowerment of women in the social context, besides being guided by the recent inclusion of the occupational therapist in the Unified Social Assistance System (SUAS), legitimizing its practice in the social field and opening possibilities for action in this system.

**Keywords:** *Gender, Occupational Therapy, Social Policy.*

## 1 Introdução

O presente artigo remete à reflexão da atuação do terapeuta ocupacional no campo social, que durante alguns anos tem sido apenas parte de uma discussão teórica na região Nordeste do país e fruto de alguns experimentos, ainda que incipientes, da inserção de acadêmicos de cursos de Terapia Ocupacional a vislumbrarem tal campo de atuação. Cabe ressaltar que referimos à formação de terapeutas ocupacionais de uma universidade do estado de Alagoas, cenário e palco dessas reflexões e aproximações que geraram esse artigo.

De acordo com Angelo et al. (2009), a região Nordeste do Brasil e, principalmente, o estado de Alagoas apresentam os mais baixos indicadores sociais do país, como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, portanto, altos índices de analfabetismo, de violência, entre outros, que circulam pela mídia e órgãos oficiais.

Partindo de possibilidades de flexibilização da matriz curricular do curso, introdução de metodologias ativas e com a participação de monitores de disciplinas, foi-se formatando e permitindo aos acadêmicos (aproximadamente 110), desde o segundo ano do curso até o último (quinto ano), práticas e conteúdos teóricos que os aproximassem de projetos sociais, com o intuito de despertar o interesse e desvendar quais demandas da área social poderiam ser beneficiadas por ações do terapeuta ocupacional. Dessa experiência, que durou três anos, nasce esse artigo, que percorreu um caminho de questionamentos que muitas vezes levaram as autoras a sensações de impossibilidade e impotência, tanto teóricas quanto técnicas, para a prática de ações de Terapia Ocupacional no campo social, mas que também foram o disparador de estudos e reflexões.

A questão social, que foi o início dessa caminhada, aproximou tanto os acadêmicos como as autoras do cotidiano de mulheres alagoanas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), aflorando e desnudando de forma concreta lacunas e hiatos na formação dos acadêmicos quanto às questões de gênero. Mesmo com a inserção de temas como empoderamento social, controle social e questões sociais tendo sido contempladas nos conteúdos curriculares, quando confrontados com a necessidade de trabalhar as questões de gênero fez-se necessário percorrerem um novo caminho de reflexões na Terapia Ocupacional, mesmo sendo esse um caminho conhecido e antigo para as profissões das áreas das Ciências Sociais e Humanas.

## 2 Da questão social à questão de gênero

Segundo Gomes e Pereira (2005), a iniquidade na distribuição de renda no Brasil é uma das maiores causas das desigualdades sociais, o que contribui significativamente para a exclusão social e, conseqüentemente, para a manutenção dos processos de marginalização e para a produção e reprodução das facetas da questão social.

Não é o objetivo principal deste artigo a definição acerca da questão social, mas isso não significa considerarmos que o assunto esteja consolidado, pois entendemos que ao se olhar para a questão social deve-se ter o foco na história, não uma história cronológica, mas uma história como processo de transformação, sem perder de vista a velocidade do processo de transformação social que continuamente provoca alterações na questão social (PINHEIRO; DIAS, 2009).

Assim, quando propõe-se ao terapeuta ocupacional, a partir da Resolução n. 17 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (BRASIL, 2011), participar com ações na área social, o profissional é atingido por alterações bruscas que partem das teorias sociais, até então somente discutidas e analisadas à luz do processo saúde-doença e leituras de artigos de projetos desenvolvidos em outras regiões do Brasil, a exemplo do Projeto Metuia<sup>1</sup>.

Na busca de possibilitar aos acadêmicos de Terapia Ocupacional a aproximação de uma demanda que oportunizasse reflexões teóricas e metodológicas na prática quanto à Terapia Ocupacional Social, foi em uma Unidade Básica de Saúde – UBS e através de participações em reuniões de mães beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF que surgiu a necessidade de ampliar o olhar para um cenário social diferente do encontrado em experiências anteriores. A partir de relatos das mais diversas expressões de uma agudização da pobreza, somando-se à questão da violência doméstica relatada de forma direta, chegou-se a mulheres que, concretamente, são as protagonistas da gestão financeira do PBF no espaço doméstico.

Desse modo, concordamos com Lopes e Silva (2007) que “[...] é coerente que a Terapia Ocupacional Social se debruce sobre questões acerca das necessidades de grupos sociais” (p. 159), assim fez-se necessário pensar em relação ao gênero, em mulheres alagoanas, bem como nas práticas terapêuticas ocupacionais, no processo de formação dos acadêmicos, refletindo na possível composição de

um campo social, de modo a resultar num processo de saber em construção.

Isso nos reporta a uma citação de Capra, que diz:

Quanto mais estudamos os problemas sociais do nosso tempo, mais nos apercebemos de que a visão mecanicista do mundo e o sistema de valores que lhe está associado geraram tecnologia, instituições e estilos de vida profundamente patológicos. (CAPRA, 1982, p. 253).

O fator econômico, mediante a dinâmica da exclusão social, delinea os espaços e posições ocupadas por ricos e pobres, impossibilitando a um dos grupos o exercício da cidadania, que esbarra nas imagens de pobreza e que, seguindo um fluxo histórico, se naturaliza no cenário social.

Atualmente, a questão social, mesmo sendo colocada sob uma base conceitual a partir da produção e distribuição de riquezas, descreve um verdadeiro “buraco negro” do caminho dos sistemas de proteção social, que mais desvela a vulnerabilidade social das relações sociais em detrimento da frágil intervenção estatal (BÓGUS; YAZBEK; BELFIOREWANDERLEY, 2000). Trazendo como foco de reflexão o caso de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF (BRASIL, 2010) e as relações de gênero, que no nosso entendimento requerem um olhar multidimensional, eximimo-nos de tratar amiúde, nesse momento, a questão social, pois as relações de gênero são o cerne das reflexões propostas.

Pierre Rosanvallon, no que se refere à questão social, afirma que:

Nossas sociedades se tornaram moralmente cada vez mais esquizofrênicas, deixando coexistir pacificamente a compaixão sincera frente à miséria do mundo e a defesa feroz dos direitos adquiridos. (ROSANVALLON, 1995, p. 72).

Partindo da concepção de que a construção dos papéis sociais está intimamente ligada à forma como a sociedade espera ver tais papéis executados pelas diferentes categorias do sexo biológico, de acordo com Saffioti (1987, 2009), a mulher é condicionada ao espaço doméstico, sendo, portanto, responsável por atividades que convergem para o cuidar, tais como a educação dos filhos, a manutenção do lar, entre outras.

Ainda, segundo a mesma autora, a organização social naturaliza as desigualdades baseadas no gênero, tentando fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe, seguindo, portanto, a lógica de que é natural

que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, tanto quanto é natural dar à luz.

Entendendo gênero como um termo híbrido, permeado de significados, e que vem sendo amplamente debatido em diversas áreas do conhecimento, faz-se necessário, primariamente, um olhar conceitual, de modo a possibilitar a compreensão do contexto das mulheres.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1990, p. 55).

Sendo determinado pela base material da identidade e a construção social dos sujeitos, tomando o sexo como eixo de coexistência em relação a aspectos como personalidade e comportamento, Nicholson (2000) determina o gênero como a organização social da diferença sexual.

Nessa perspectiva conceitual, toma-se como pressuposto a concepção de igualdade na diferença, observando-se que a diferença é vista como um aspecto que não deveria servir de disparador para as desigualdades entre os sexos, porém ela se naturalizou ao longo da história, através das relações de poder.

No que diz respeito às relações de poder na dinâmica entre os gêneros, faz-se necessário citar Foucault, tendo em vista sua forte influência nos estudos subsequentes, quando toma como afirmativa o poder

[...] como uma rede de relações sempre tensas, que não admite polaridade fixa, mas considera que homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há constantemente negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas e alianças. (FOUCAULT, 1988, p. 98).

Em estudo posterior, Rosaldo (1995) refere-se às relações de poder baseadas no gênero, enfocando especificamente a dominação masculina como não sendo inerente a nenhum conjunto isolado ou mensurável de fatos onipresentes. A autora ainda afirma que essa parece ser, antes, um aspecto da

organização da vida coletiva, uma padronização das expectativas e crenças que produz um desequilíbrio na forma com que as pessoas interpretam, avaliam e respondem às formas particulares de ações femininas e masculinas.

Transpondo tais conceitos para o campo social, tem-se como resultante a expressão das desigualdades entre os gêneros sendo produzidas e reproduzidas, nos diversos espaços, bem como nas relações simbólicas de poder, de afeto e estruturais, relegando a mulher a um espaço que a condiciona a um “assujeitamento” no que diz respeito a possibilidades do seu exercício enquanto sujeito, mediante uma feminilidade preconcebida.

Embora durante o auge dos estudos sobre a mulher tenham sido suscitadas questões centrais dos estudos feministas, tais como patriarcado, a categoria mulher adquiriu valor explicativo a partir da ideia de opressão. Fundamentado no marco teórico de Bourdieu (2007), uma das vertentes da análise aqui apresentada é que a diferença sexual socialmente construída, além de ser um princípio fundamental da divisão do mundo social e simbólico, é considerada como dimensão constitutiva do habitus e da dominação simbólica (universal para o autor), cujas expressões perpassam um universo compartilhado entre dominantes e dominados. Essa perspectiva, que exige estabelecer permanentemente relações entre símbolos associados à feminilidade e à masculinidade, remete a um pensar que parte do recorte “mulheres” numa realidade “não recortada”, isto é, numa realidade na qual concepções de questões sociais, masculinidade e feminilidade são inseparáveis.

Essas reflexões visam, assim, aprofundar algumas das ideias apontadas acima, sublinhando os avanços que as relações de gênero podem trazer para o terapeuta ocupacional na abordagem prática com mulheres beneficiárias do PBF, e também apontar dúvidas e lacunas que persistem nessas relações, algumas por incitar a reflexão sobre os procedimentos através dos quais o gênero é concebido, fixando identidades. Nessa dinâmica, fica nítida, portanto, a barreira que impede o alcance dos ideais de igualdade, sendo essa atenuada quando se articulam as desigualdades econômicas com a naturalização histórica de algumas relações de poder construídas histórica e culturalmente, como as de gênero, no caso, fortalecendo os lugares de exclusão de tais sujeitos.

Apesar da legitimação dos direitos sociais, da promoção da igualdade e do acesso a bens e serviços garantidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), há ainda limitações no que diz respeito ao exercício de práticas efetivas de cidadania, o que

contribuiu significativamente para uma dinâmica social baseada na exclusão como produto das desigualdades sociais.

### 3 Do Sistema Único de Assistência Social ao Programa Bolsa Família

Em 2004, a Política Nacional de Assistência Social delineia o novo modelo de gestão da assistência social: o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o qual foi implantado em caráter nacional em 2005, pautando-se na proteção social, que tem como porta de entrada os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, utilizando o Programa de Atenção Integral a Família – PAIF como pilar, em conjunto com outros programas como: Bolsa Família, Projovem, Agente Jovem, dentre outros.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (BRASIL, 2010), o Programa Bolsa Família – PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, sendo, portanto, uma política pública, inserida, portanto, na Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

De acordo com Gabriel, Machado e Oliveira (2007), uma das principais características desse programa é o forte grau de focalização que objetivou alcançar desde sua criação e a sua pertinente integração com outras políticas e programas que buscam o desenvolvimento das capacidades produtivas e intelectuais das famílias beneficiadas, visando a sua emancipação econômica em médio e longo prazo, através de programas complementares à transferência de renda.

Desse modo, o programa funciona apoiando-se em três eixos principais que garantem a sua sustentação: a transferência de renda, as condicionalidades e os programas complementares.

O MDS explica tais eixos da seguinte forma:

A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2010, p. 12).

Uma das condicionalidades de grande importância para o acompanhamento das famílias que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família é a Saúde.

Tal acompanhamento é realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) através de equipes multiprofissionais, onde os beneficiários são avaliados de acordo com os padrões mínimos de crescimento e desenvolvimento. Há ainda condicionalidades na área da Educação, como matricular crianças e adolescentes de seis a 15 anos em estabelecimento regular de ensino e garantir a frequência escolar.

Os critérios de inclusão no programa são baseados na renda e ele é considerado atualmente o principal programa de transferência condicionada de renda em vigor no Brasil<sup>2</sup>.

Ainda de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, atualmente o Programa Bolsa Família atende mais de 13 milhões de famílias em todo o território nacional.

A responsabilidade acerca do recebimento do benefício é dada à mãe das crianças. De acordo com um estudo proposto por Suárez e Libardoni (2007), que objetivou traçar o perfil das famílias que se beneficiam com o Programa, o cumprimento das condicionalidades envolve principalmente as mulheres que recebem o benefício, em virtude da figura do marido ou companheiro estar ausente em muitas delas. O mesmo autor também afirma que a presença do cônjuge, na maioria dos grupos domésticos, não influi muito quanto ao cumprimento das condicionalidades porque a postura da mãe pesa mais do que a do pai na tomada de decisões referentes à educação, à saúde e a tudo que tenha relação com os filhos.

#### 4 Do Programa Bolsa Família à relação de gênero

O Programa Bolsa Família não tem a emancipação da mulher (partindo do indicador de gênero) como uma de suas propostas. No entanto, a partir desse recorte, influencia significativamente na vida das beneficiárias e de sua família, considerando que na família em que há o recebimento do benefício, a partir do cumprimento das condicionalidades, são as mulheres que o recebem, estabelecendo, como proposto por Peixoto (2010, p. 72), “[...] uma relação de corresponsabilidade com o Estado no enfrentamento da pobreza”.

Ainda que a mulher ocupe predominantemente o espaço privado, enquanto o homem ocupa majoritariamente o espaço público, ele, mesmo no ambiente doméstico, assume papel de chefia.

Seguindo essa lógica, Carloto e Mariano (2009) afirmam que a preferência dada às mulheres pelo programa ocorre pelo fato de elas estarem em maior

contato com a rotina da casa, sendo o entendimento mais generalizado o de que as mulheres devem ser as titulares do benefício porque são elas as que sabem como fazer com que as condicionalidades do programa sejam cumpridas.

Somando-se essa realidade à já citada relação de poder existente nas relações de gênero, percebe-se que apreender as questões de gênero de uma forma pouco generalizável implica em entender essa lógica numa perspectiva dinâmica e atemporal. Assim, as relações ocorrem em cenários caracterizados pelas relações de poder, contribuindo para a manutenção da lógica relacional dominado-dominador onde, conceitualmente, o homem confere-se como o sujeito dominante, enquanto a mulher adota o papel de sujeito dominado, integrando a definição de gênero de Scott: como

[...] um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1990, p. 14).

Como gênero também incorpora um aspecto de identidade subjetiva, uma representação social situada historicamente e que se relaciona em seus achados, é necessário pensar sobre os significados das relações de poder que a cultura material, os objetos, as moradias, a organização espacial local possibilitariam ao poder ser percebido, incorporado e articulado.

É determinante, portanto, ao se pensar no papel social da mulher, esbarrar em questões como dinâmica familiar e as demais arestas que norteiam esse contexto. O espaço privado, historicamente, é conferido à mulher como responsabilidade, a partir de uma perspectiva naturalizada, tendo o homem como mola propulsora, e as próprias mulheres, em alguns contextos. Nesse sentido, a dicotomia homem-mulher se dinamiza a partir de uma troca constante de conceitos construídos em relação aos papéis sociais adquiridos, de modo que a naturalização é reproduzida pelos diferentes sujeitos, não tornando nítida a relação opressora nela existente por uma perspectiva cultural, mesmo diante de fatos e acontecimentos cotidianos que comprovam que há uma ideologia que mascara o processo de naturalização, uma vez que há um condicionamento social que legitima as práticas antropológicamente justificadas.

Nesse sentido, estudos como os propostos por Carloto e Mariano (2009), Suárez e Libardoni (2007) e Godinho (2004) afirmam que a mulher beneficiária do Programa Bolsa Família detém como

perfil características como ausência de trabalho formal, exercendo, comumente, trabalhos domésticos para a manutenção do lar e a educação dos filhos. Normalmente, as trocas realizadas ocorrem com as vizinhas, como com membros da família, tais como mães, cunhadas, irmãs etc., caracterizando uma limitada gama de relações sociais, proporcionando uma discussão acerca do possível isolamento social dessas mulheres, visto a mínima extensão da rede relacional que elas percorrem para o exercício de suas atividades diárias, quer em casa, quer na rua/território.

De acordo com Suaréz e Libardoni (2007), embora a exclusão do mercado de trabalho seja certamente preocupante, o que preocupa ainda mais é o extremo isolamento em que essas mulheres realizam suas atividades cotidianas. Contudo, nesse contexto, Tavares (2010) afirma que a oferta de trabalho feminino é mais flexível e elas têm maiores possibilidades de substituir um emprego no mercado de trabalho por atividades remuneradas executadas em domicílio.

Dessa forma, é possível seguir uma lógica de que as mulheres que gerenciam o benefício passam a deter o poder que sistematicamente as exclui, o que demonstra que no que se refere a gênero e a toda a problemática que o circunda enquanto categoria analítico-histórica, o Programa Bolsa Família caminha de modo contrário, contrapondo-se a uma dinâmica social naturalizada mediante as relações humanas e que é perpetuada ao longo do tempo, possibilitando à mulher uma condição de protagonista no cerne de sua família, dando-lhe poder de decisão e de gerenciamento, onde ele contribui para a valorização social delas, mediante melhoria de suas condições econômicas.

Partindo desse cenário, pretende-se abrir uma via que visa discutir as possibilidades de atuação da Terapia Ocupacional frente à realidade das beneficiárias do Programa Bolsa Família, considerando a trajetória das mulheres a partir de um recorte de gênero, histórica e antropológicamente delineadas como um grupo vulnerável, uma vez que integram uma dinâmica de fragilidade nos vínculos relacionais e econômicos.

## 5 A Terapia Ocupacional e a questão de gênero mediante o Programa Bolsa Família

Como descrito por Almeida et al. (2012), em junho de 2011 a resolução n. 17 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (BRASIL, 2011)

reconheceu a Terapia Ocupacional como profissão que pode integrar as equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, respeitando-se a necessidade de estruturação e composição dos serviços a partir das particularidades locais e regionais do território e das necessidades dos usuários.

Entendendo o SUAS como um importante sistema no sentido da possibilidade de ruptura com o paradigma do assistencialismo, viabilizando o protagonismo social, ele configura-se, atualmente, como a possibilidade concreta de atuação na realidade, no campo social.

Integrando-se nesse cenário, surge a necessidade de aprofundamento, não apenas nas questões pontuais referentes aos sujeitos para os quais as políticas públicas, os programas e os projetos são desenvolvidos, como das próprias políticas como um todo, reconhecendo-as como norteadoras da prática no campo social e, especificamente, no âmbito do SUAS.

É preciso buscar uma prática baseada numa crítica acerca da realidade, da questão social e do cenário no qual ela se insere, considerando-se os aspectos ligados à culturalização que determina os papéis ocupados pelos grupos sociais, configurando a forma de dinâmica social, gerando, como produto, as relações dos sujeitos com os sujeitos, com o Estado e com os equipamentos sociais. O diálogo da prática do terapeuta ocupacional com as políticas sociais permite a compreensão de uma lógica de intervenção social, bem como a organização dos equipamentos e setores sociais frente à problemática na qual vamos nos inserir a partir de uma abordagem específica.

É necessário considerar o atual momento em que a construção de um aporte teórico metodológico se faz de extrema importância face à ausência de terapeutas ocupacionais no SUAS no cenário alagoano.

No que diz respeito ao Programa Bolsa Família, o enfoque nas mulheres beneficiárias requer mais que adentrar numa questão norteadora pela problemática de gênero, mas apreender esse cenário em que grande parte da família brasileira em situação de vulnerabilidade social se insere para, daí, portanto, situar-se na relação da mulher com essas dinâmicas sociais.

É a mulher quem reproduz a vida ao tornar-se mãe, e o que parece ser uma função biológica básica detém, além de uma caracterização social acerca da representatividade dessa posição, a mola propulsora da identidade de uma família. Consideramos que acima do fato de serem mães, essas mulheres são MULHERES, no real sentido da palavra, que carrega consigo todo o peso histórico, antropológico

e cultural acerca da sua posição dentro da sociedade. Isso significa estarem inseridas dentro de uma estrutura social que, naturalmente, as condiciona a uma posição na qual lhes são atribuídos papéis que remetem ao espaço doméstico como principal locus de ação.

Entendendo a Terapia Ocupacional como uma profissão que, no campo social, de acordo com Barros e Chagas (2011, p. 16), busca “[...] a promoção de experiências que possibilitam a identificação individual e coletiva de dificuldades e potencialidades de famílias, grupos ou comunidades [...]”, é possível pensar-se na necessidade da promoção de possibilidades que levem à autonomia e que demonstrem novos caminhos diante das condições nas quais essas mulheres vivem, visto a possibilidade de empoderamento através da legitimação da gestão do benefício concedida pelo programa.

Tais possibilidades são viáveis através do uso da atividade humana, que na Terapia Ocupacional situa-se como “[...] a possibilidade de cada um ser reconhecido e se reconhecer por outros fazeres, permitindo conhecer a história de vida dos sujeitos [...]” (CASTRO; LIMA; BRUNELLO, 2001, p. 49). De acordo com a mesma autora, a realização de atividades procede da experiência vivida, que fornece experiências e vivências, permitindo aos sujeitos que eles ajam sobre seu próprio meio, mergulhando na significação dos gestos e das ações.

Pensar na atividade humana e no cotidiano como princípios norteadores da intervenção da Terapia Ocupacional frente ao contexto de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família requer a sistematização da abordagem, pensando-se em métodos, técnicas, procedimentos e materiais como instrumentos técnicos, com base nos pressupostos teóricos metodológicos da Terapia Ocupacional Social propostos por Barros, Ghirardi e Lopes (2002).

Nesse âmbito, a proposição de oficinas ou grupos é uma possibilidade no sentido de criar espaços que viabilizem a socialização, trocas, a construção coletiva de alternativas de enfrentamento e ressignificação de si enquanto sujeitos, e do cotidiano, a partir da produção de elementos que podem ser compartilhados através das atividades e que, ainda de acordo com Castro, Lima e Brunello (2001), possibilitam o trabalho com o conceito de produção de vida. As atividades desenvolvidas nesses espaços deve possibilitar o mapeamento de demandas e de necessidades, buscando novos sentidos e significados para as experiências vividas e para as novas possibilidades de vida.

Considerando as questões que permeiam o cotidiano dessas mulheres, outra possibilidade de abordagem seria em torno de questões voltadas para o empoderamento psicológico.

O empoderamento monetário por si só não é suficiente, portanto pensa-se numa prática baseada na perspectiva da reflexão acerca do uso do dinheiro, do que vem a ser, de fato, esse empoderamento para o exercício da cidadania e da caracterização das mulheres como sujeitos, bem como as suas possibilidades de promoção de autonomia mediante a mesma dinâmica. O estímulo à construção de cooperativas sociais torna-se, portanto, uma possibilidade viável, levando-se em conta que para tal há a necessidade do descobrimento e aquisição de novas potencialidades e considerando a constituição das histórias de vida dos sujeitos envolvidos, os saberes, os modos de vida e os vínculos sociais já existentes, oferecendo, como descrito ainda por Barros e Chagas (2011), oportunidades para a vivência tanto de experiências de autovalorização como de pertencimento.

Considerando que o terapeuta ocupacional desenvolve estratégias sócio-ocupacionais, econômicas e cooperativas ou outras formas associativas e/ou individuais de geração de renda, de produção de bens, de serviços e valores, levando em conta o peso histórico carregado por essas mulheres, há a necessidade de uma abordagem que compreenda não apenas o sentido social, histórico e antropológico do processo social vivenciado pelas mulheres enquanto grupo, como também a subjetividade de um universo norteado por vínculos e afetos que se posicionam como um paradoxo na busca pelo exercício pleno da cidadania, de modo a garantir que elas se configurem como sujeitos de direito e, portanto, de suas vidas.

## 6 Considerações finais

Considerando a amplitude de demandas contidas no campo social e a inserção do terapeuta ocupacional nesse contexto, é necessário o aprofundamento sistemático desses cenários, mediados minimamente pela instrumentalização crítica acerca não somente da política pública e do público ao qual ela se destina, mas a uma gama de relações interconectadas que contribuem significativamente para a reprodução de algumas problemáticas, a partir de conceitos historicamente naturalizados e reproduzidos ao longo do tempo.

Nesse sentido, compreender a possibilidade de atuação do terapeuta ocupacional em torno das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família

nos remete a muito mais que uma dinâmica restrita ao espaço doméstico, a uma história que socialmente vem sendo relegada a segundo plano, construindo a imagem da mulher com base na fragilidade, no cuidar, e tornando-a coadjuvante no processo da formação sócio-histórica da humanidade.

Cotidianamente, em maior ou menor grau, essas mulheres acabam por “aceitar” as distinções de gênero como uma forma de naturalização, visível a nível estrutural e que se estabelece ao nível interpessoal, tornando-se tipificadas do ponto de vista do gênero ao assumirem para si próprias os traços de comportamento e os papéis normativos na sua cultura local. Isso as coloca em uma situação de vulnerabilidade, pois além dessa concepção internalizada reproduzida em comportamentos e papéis, as mulheres internalizam também a sua desvalorização, a subordinação e a resignação de uma história de vida e futuro, tendendo à paralisação.

Assim, para o terapeuta ocupacional, esse modo de pensar, analisar e refletir pode levar a uma base estratégica para condução de projetos e práticas dirigidas no campo social para mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família através do olhar no gênero, objetivando iniciativas eficientes e promissoras. Pensar o gênero como uma construção social pode ser começo de trajetórias de construções de possibilidades para a Terapia Ocupacional aproximar-se não apenas da discussão de gênero como de mulheres que constituem o grupo de inquietação das autoras. Valores de gênero são profundamente pessoais, partes da identidade individual e social. As pessoas podem ser particularmente relutantes na substituição dos padrões que definem feminilidade e masculinidade, mesmo quando pressionadas por uma sociedade que parece excepcionalmente poderosa e bem-sucedida, ou podem buscar formas de compensar quaisquer concessões que sejam obrigadas a fazer.

Assim, Torrão Filho (2005) ressalta que a diferenciação entre os sexos pressupõe a definição do que são as características que formam a identidade do masculino e do feminino, delegando às mulheres a prática de serem femininas e submissas, portanto controladas, e legitimando aos homens a manutenção de sua masculinidade, constituindo-se uma hierarquização onde o masculino se impõe como superior ao feminino. O autor traz à tona uma questão da construção da imagem do macho nordestino. Albuquerque Junior e Ceballos (2002) apontam que além do controle e a submissão da mulher no Nordeste do Brasil ser importante para a manutenção da imagem social, mais ainda o é o controle sobre o comportamento dos homens e do código de condutas que regula a masculinidade

aceita e reconhecida, reafirmando o quão fortemente a situação da mulher especificamente nordestina é naturalizada como de submissão e a do homem como controlador.

Poderíamos encerrar as nossas considerações aqui, porém alertados por Yamamoto e Oliveira (2010), quando discorrem sobre o processo de inserção do profissional psicólogo nas políticas sociais, as autoras ressaltam que se não existe uma determinação clara do “como fazer” algo diferente, opta-se por reproduzir-se uma prática sobre a qual supostamente o profissional tenha domínio, mas que possivelmente não é a mais adequada para uma demanda específica.

Consolidando essas preocupações que podem ser transportadas para a Terapia Ocupacional, na região do Nordeste do Brasil, Oliveira et al. (2011) relatam que na ponta da rede social (local onde são executados programas como o Bolsa Família) os profissionais da Assistência Social são orientados para trabalhar em equipe com as famílias, sem que sejam efetivamente discutidas e planejadas as formas pelas quais esse trabalho deva acontecer. Embora existam guias recomendando várias atividades articuladas, as condições para sua realização são muito precárias. Como consequência, as ações são pontuais, descontínuas e descontextualizadas da realidade social mais ampla.

Os autores afirmam que se o trabalho no campo social não é estranho ao assistente social, para os psicólogos é território inóspito e tem provocado bastante questionamento acerca do que é específico da Psicologia e de como atuar para modificar as condições materiais e de existência da clientela. Diante da falta de clareza, a tendência desses profissionais é buscar na prática tradicional clínica uma zona de relativo conforto para a atuação.

Essas reflexões e o encontro de resultados de pesquisadores citados acima sobre Terapia Ocupacional no campo social não distanciam as preocupações, indagações e as reflexões quanto ao profissional terapeuta ocupacional na prática inicialmente nova nas equipes do SUAS, principalmente na região cenário dessas reflexões, onde poucas e quase inexpressivas ações no campo social foram experimentadas e, principalmente, divulgadas em comunicações científicas da Terapia Ocupacional e áreas afins.

Refletindo sobre o quanto a história das mulheres é relativamente nova – as discussões e contribuições do movimento feminista e a história cultural da passagem da mulher enquanto sujeito da história para objeto de estudo acontece a partir da década

de 1970 – bem como sobre o conceito de gênero, como exposto anteriormente neste artigo, é que, concordamos com Beauvoir (1980) que o ser mulher é um processo exterior, que se constrói ao longo da existência mas que nunca está completo ou acabado. Portanto passível de mobilidade e fluidez, ligado intimamente ao contexto social e cultural e intrinsecamente às subjetividades.

Entendendo subjetividades, de acordo com Woodward (2000), como percepções e concepções não estáticas, modificáveis e com possibilidades de serem trabalhadas em suas pluralidades, em que presumimos que, através de criação de espaços e técnicas específicas, o terapeuta ocupacional possa ocupar a posição de facilitador na organização de pensamentos, na expressão de sensações e na percepção da maneira como os homens olham as mulheres e como as próprias mulheres se enxergam, assim, com possibilidades concretas de mudar as trajetórias de vida de algumas dessas mulheres do Nordeste do Brasil.

Nosso entendimento por ora, mesmo que ainda com certa opacidade, recorre à busca da possibilidade de que o terapeuta ocupacional possa contribuir para o empoderamento psicológico das mulheres, baseado em princípios interdisciplinares e intersetoriais. Acrescentaríamos ao processo do papel de facilitador e promotor (terapeuta ocupacional e outros profissionais), o de aprendizagem (vivência intragrupo), entre os objetivos (individuais e coletivos) e através de meios (atividade humana, oficinas, grupos focais) para alcançar esses mesmos objetivos. Na relação entre esses esforços e os seus resultados, aferimos que possivelmente essas mulheres teriam condições de agir habilitadas e capacitadas ou mesmo empoderadas para definirem novo caminho a seguir.

## Referências

ANGELO, L. C. et al. Fatores explicativos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para os municípios de Alagoas. *Revista Economia Política do Desenvolvimento*, Maceió, v. 1, n. 6, p. 31-47, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/129>>. Acesso em: 20 jan. 2013

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M.; CEBALLOS, R. Urban Trails, Human Traps. The Construction of Territories of Pleasure and Pain in the Lives of Male Homosexuals in the Brazilian Northeast in the 1970's and 1980's. *Latin American Perspectives*, Thousand Oaks, California, v. 123, n. 2, p. 139-162, Mar 2002.

ALMEIDA, M. C. et al. Processos e práticas de formalização da Terapia Ocupacional na Assistência Social: alguns marcos e desafios. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 33-41, 2012. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.004>

BARROS, D. D.; CHAGAS, J. N. M. (Orgs.). *Terapia Ocupacional: atuação na assistência social e no desenvolvimento socioambiental, socioeconômico e cultural*. Fortaleza: ABRATO, 2011.

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Projeto Metuia – terapia ocupacional no campo social. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 365-369, 2002.

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, v. 13, n. 2, p. 95-103, 2002. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103>

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Tradução de S. Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980. Original publicado em 1949.

BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIOREWANDERLEY, M. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2000. PMID:11120550

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. *Constituição*: República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. *Relatório de condicionalidades – 1º semestre de 2010*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 jun. 2011. Seção 1. Disponível em: <<http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00002355.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2012.

CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARLOTO, C.; MARIANO, S. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 901-908, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300018>

CASTRO, E. D.; LIMA, E. M. F. A.; BRUNELLO, M. I. B. Atividades Humanas e Terapia Ocupacional. In: DE CARLO, M. M. R.; BARTALOTTI, C. C. (Orgs.). *Terapia Ocupacional no Brasil: Fundamentos e Perspectivas*. São Paulo: Plexus Editora, 2001. p. 41-59.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GABRIEL, E. D.; MACHADO, C. D. M.; OLIVEIRA, R. L. Focalização de Políticas Públicas: O Programa Bolsa Família como política pública focalizada para superação da desigualdade e exclusão. *Biblioteca Virtual Bolsa Família*. Brasília: IPC, 2007. Disponível em: <<http://>

- www.ipc-undp.org/publications/mds/39M.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2012.
- GODINHO, T. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 55-64. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, n. 8).
- GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: Uma questão de Políticas Públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000200013>
- LOPES, R. E.; SILVA, C. R. O campo da educação e demandas para a terapia ocupacional no Brasil. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v.18, n. 3, p. 158-164, set./dez. 2007. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v18i3p158-164>
- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 8-41, 2000.
- OLIVEIRA, I. F. et al. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 23, p. 140-149, 2011. Número especial. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000400017>
- PEIXOTO, S. L. F. *Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória*. 2010. 184 f. Tese (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade)- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- PINHEIRO, L. I. F.; DIAS, G. O. Questão Social: um conceito revisitado. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*. Málaga, feb. 2009. Disponível em: [www.eumed.net/rev/ccss/03/fpod.htm](http://www.eumed.net/rev/ccss/03/fpod.htm)
- ROSALDO, M. O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos: Gênero*. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-40, 1995.
- ROSANVALLON, P. *La nueva cuestión social – Repensar el Estado providencia*. Buenos Aires: Manantial, 1995.
- SAFFIOTTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFIOTTI, H. I. B. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Rio de Janeiro: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2009. (Séries Estudos e ensaios).
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n. 2, p. 5-22, 1990.
- SUARÉZ, M.; LIBARDONI, M. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUZA, R. (Orgs.). *Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2007. p. 119-162. (Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados; v. 2).
- TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 613-635, dez. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182010000300008>
- TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000100007>
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.
- YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 26, p. 9-24. 2010. Número especial. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>

---

## Contribuição dos autores

Todas as autoras participaram da concepção e redação inicial do artigo. A revisão e redação final foram realizadas por Sandra Aiache Menta e Késia Maria Maximiano de Melo.

---

## Notas

- Grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processo de ruptura das redes sociais de suporte (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002).
- O PBF é destinado às famílias pobres e extremamente pobres com renda familiar mensal per capita de até R\$ 70,00 (setenta reais) e R\$ 140,00 (cento e quarenta reais). No primeiro caso, a família recebe um valor básico de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) mais um valor variável de R\$ 28,00 (vinte e oito reais) para cada criança ou adolescente de até 15 anos, limitando-se seu número a três crianças ou adolescentes. As famílias com renda familiar per capita mensal acima de R\$ 70,00 (setenta reais) e inferior a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) recebem apenas o valor variável, com o mesmo limite de até três crianças ou adolescentes (BRASIL, 2010).